

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2021

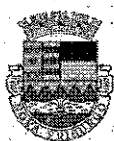
Processo Licitatório nº: 4.030/2021

Processo Recurso nº: 6.689/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2021

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para os serviços de tecnologia da informação para hospedagem de cloudcomputing (nuvem), migração, implantação, manutenção, suporte técnico, suporte aos administradores, customização de demandas e melhorias, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, adequação às mudanças ou novas leis municipais, estaduais e federais, que porventura surjam, no software público de gestão municipal e-cidade (sob licença general public license - GPL) disponível no portal do software público brasileiros - SPB (www.softwarepublico.gov.br), para área de educação, módulos escolares, Secretaria de Educação, alimentação escolar, biblioteca, transporte escolar, business intelligence, configuração de todos os módulos relacionados à área de educação, bem como o de recursos humanos (apenas para gestão de funcionários e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo), pelo período de 12 meses, conforme as especificações deste edital e seus anexos.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa DBSELLER SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 10.520/02 / Art.º 4 item XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. *DM*



Comissão de Pregão I

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso Nº 6.689/2022.

I. DAS PRELIMINARES

Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 4.030/2021 a empresa DBSELLER SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos. A referida empresa apresentou suas alegações conforme o item II contra a empresa BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EPP, referente à contratação de empresa especializada para os serviços de tecnologia da informação para hospedagem de cloudcomputing (nuvem), e demais itens conforme edital. Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 12/03/2022 de acordo com o Decreto 1.024/2019 Art. 44, § 1º, o qual dispõe que as razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa DBSELLER SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA apresentou recurso contra a 1ª colocada do certame, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 15. Cabe informar que a empresa apresentou sua peça recursal no sistema e a chamou de impugnação, o que não condiz com a solicitação realizada.

A empresa, em resumo, contestou os Atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, alegando que os

RM



Comissão de Pregão I

mesmos não cumpriam o solicitado em edital e que não comprovavam a prestação dos serviços solicitados.

No que tange ao enquadramento das Licitantes, especificamente em relação à primeira colocada, no documento apresentado do SICAF (16.1 do Edital) a Licitante, ora impugnada, está cadastrada como ME, porém, na declaração unificada número 5, não declararam como ME, mas como EPP, divergindo do item 9.5.4 - Edital: "Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei".

Diante de todo o exposto, requer a desclassificação da Licitante BNP Serviços de Informática Ltda - ME, por ausência de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado e pela divergência formal da Declaração número 5.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA – EPP, empresa já constituída nos autos do procedimento apresentou, tempestivamente, suas CONTRARRAZÕES em face ao recurso apresentado pela licitante DBSELLER SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Preliminarmente, a referida empresa informou que todos os pontos levantados pela recorrente careceriam de um mínimo respaldo jurídico para seu prosseguimento e que seriam respondidos ponto a ponto.

1 - DO SUPOSTO NÃO CUMPRIMENTO DA CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa alega que o edital elegeu como regra que a avaliação dos atestados técnicos esteja dentro do campo interpretativo da pertinência e da compatibilidade. A análise é feita por semelhança, e não por igualdade. Não é uma análise robótica, sendo

Ron



Comissão de Pregão I

por isso, feita por ser humano capaz de abstração. Ou seja, um julgamento de cunho axiológico. Daí, portanto, a necessidade de uma equipe técnica em suporte ao Sr. Pregoeiro que avalia tais documentos, e os aprova, COMO OCORREU.

Dessa feita, a tese da recorrente se desmontaria, de pronto, se não pela sua má redação, se não pela literalidade do item 20.1, ao menos por sua tentativa de inovar o instrumento convocatório.

Contudo, o exposto acima abriria espaço ao SEGUNDO elemento de combate, e aqui destruiria com BASE LEGAL a argumentação da recorrente. Pela leitura dos atestados apresentados pela empresa BNP, verificou-se que os documentos vão além de cumprir a exigência do item de habilitação técnica, pois eles demonstram a execução de serviços de maior porte, SEJA EM NÍVEL, COMO EM TÉCNICA APLICADA. Neste caso, se aplicaria o que vem a se chamar em demonstração de capacidade anterior de "MAIOR OU SUPERIOR COMPLEXIDADE", previsto no art. 30, II, § 3º da Lei 8.666/93, o qual destacamos abaixo:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; § 3º será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou ATESTADOS DE OBRAS OU SERVIÇOS SIMILARES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR.

Nesse sentido, não somente a lei, mas a jurisprudência e a doutrina jurídica seriam uníssonas em afirmar que a capacidade para a execução de serviços de MAIOR COMPLEXIDADE é suficiente para a comprovação de capacidade para a execução de serviços de menor complexidade. A afirmativa, em questão, não dependeria de uma tese de mestrado, mas da mera constatação de quem pode o mais, pode o menos, ou

RM



Comissão de Pregão I

seja, se comparado o objeto licitado aos serviços executados nas entidades citadas nos documentos (atestados), a técnica demonstrada é muito mais complexa em nível e porte de conhecimentos tecnológicos, de maneira a encerrar o debate.

2 - QUANTO AO ENQUADRAMENTO / DECLARAÇÃO / ITENS 9

A recorrente teria apresentado, ainda, tese anacrônica, descabida, fora de contexto em relação ao porte da empresa no intuito de reverter a derrota na fase de lances. O argumento seria de tal maneira capcioso, desonesto, e leviano que não caberia resposta pela clareza dos fatos, a não ser pela repugnância que causa quando pede a punição por declaração falsa, quando o ocorrido é exatamente o oposto disso.

Bastaria ler o anexo "DECLARAÇÕES" que acompanha a Ata da sessão pública, transcrito abaixo:

9.5 - "No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar corretamente as seguintes situações:

9.5.4 Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei".

A BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EPP alega que, diferentemente da recorrente, o Sr. Pregoeiro, pela leitura da Ata e/ou acesso ao sistema, desde a abertura da sessão a empresa, teria verificado que a empresa, desde logo, não se declarou como ME/EPP no certame. Ao informar, quando do registro de sua proposta que "não", a empresa não usaria do tratamento favorecido, por ter ultrapassado o limite de faturamento previsto na LC 123/2006.

Como seria possível verificar na Ata da sessão e no documento anexo de "declarações de proposta" que a acompanha, a empresa BNP teria registrado sua

apm



Comissão de Pregão I

proposta em 09/03/2022, assinalando, corretamente, para a declaração de uso da LC 123/2006: "NÃO".

Dessa forma, NÃO POR ACASO, a declaração unificada não estaria assinalada para tratamento diferenciado, pelo MESMO MOTIVO.

IV. DA DECISÃO

A decisão do pregoeiro tomou como base todo o exposto, considerando o objeto do processo de aquisição nº 175/2021 - Contratação de empresa especializada para os serviços de tecnologia da informação para hospedagem de cloudcomputing (nuvem), migração, implantação, manutenção, suporte técnico, suporte aos administradores, customização de demandas e melhorias, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, adequação às mudanças ou novas leis municipais, estaduais e federais, que porventura surjam, no software público de gestão municipal e-cidade (sob licença general public license - GPL) disponível no portal do software público brasileiros - SPB (www.softwarepublico.gov.br), para área de educação, módulos escolares, Secretaria de Educação, alimentação escolar, biblioteca, transporte escolar, business intelligence, configuração de todos os módulos relacionados à área de educação, bem como o de recursos humanos (apenas para gestão de funcionários e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo), pelo período de 12 meses.

Conforme documentação anexada ao processo administrativo Nº 4.030/2021, a empresa BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EPP, apresentou os atestados de capacidade técnica e as referidas certificações dos representantes técnicos da empresa no intuito de comprovar a qualificação técnica, de forma a enviar documentos além dos solicitados no edital e no Termo de Referência. Tanto nas declarações como na Ata de Realização do Pregão Nº 175/2021 fica comprovado que a empresa, em campo

Am



Comissão de Pregão I

próprio do sistema, não solicitou nenhum benefício referente a Lei Complementar nº 123/2006.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário). Embora não se tenha qualquer irregularidade com a documentação apresentada vale a menção a esse Acórdão.

Na sessão de julgamento e como para habilitação da empresa BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, entendeu o Pregoeiro que a licitante foi declarada vencedora. Ante o exposto, considerando o apresentado nas razões e contrarrazões indefiro o pedido de recurso e sugiro o prosseguimento das fases do processo licitatório. Devendo o presente Recurso ser enviado para instância superior na forma



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 6.689/2022

RUBRICA: *gm* FOLHA: *26*

Comissão de Pregão I

da Lei 8666/93 do art. 109 § 4º, devidamente informados para decisão final e encaminhado a Procuradoria Geral do Município para manifestação e que após, retorne a essa comissão.

gm

Nova Friburgo, 22 de março de 2022.

LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
705

Assinado de forma digital por
LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
Data: 2022.03.22 16:37:04
+03'00'

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: 6689

DATA: ___/___/___ FLS: 27

RUBRICA: ↓

Nova Friburgo, 24 de março de 2022.

MEMO GAB Nº 261 /2022

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Procuradoria Geral do Município

Ref: Análise da SME sobre o Recurso do Pa 6.689/22

Exma. Sra Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, trata-se de Recurso Administrativo do Pregão Eletrônico de nº 105/2021 para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tecnologia da informação, hospedagem de cloudcomping (nuvem), migração, implantação, manutenção, suporte técnico, suporte aos administradores, customização de demandas e melhorias, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, adequação às mudanças ou novas lei municipais, estaduais e federais, que porventura surjam, no software público de gestão municipal e-cidade (sob licença general public license - GPL) disponível no portal do software público brasileiros -SPB (www.softwarepublico.gov.br), para área de educação, módulos escolares, Secretaria de Educação, alimentação escolar, biblioteca, transporte escolar, business intelligence, configuração de todos os módulos relacionados à área de educação, bem como recursos humanos (apenas para gestão de funcionários e servidores da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificação no edital e seus anexos.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Capacitação técnico-profissional trata de comprovação fornecida pelo licitante de que possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: 6089
DATA: / / FLS: 28
RUBRICA: §

entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado. É isso que determina o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93

Para sua comprovação é necessário que sejam apresentados atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas com pontualidade e qualidade. E nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente, o que foi realizado pela empresa ganhadora do certame com apresentação de atestados compatíveis com o objeto licitado, tal como entendeu o pregoeiro.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME

A empresa ganhadora do certame, inicialmente, afirma ter sido uma Microempresa e após, com a mudança de seu faturamento não mais se enquadra nestas condições. Cumpre esclarecer que não foi solicitado e nem concedido nenhum benefício referente à lei complementar de nº 123/06 que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não assistindo razão o Recorrente, tal como entendeu o Pregoeiro.

Sendo assim, após o pronunciamento da Comissão de Pregão, a Secretaria Municipal de Educação antes de acompanhar o entendimento do Pregoeiro, vem requerer a análise da legalidade do Recurso Administrativo pela Douta Procuradoria.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.


Caroline Moura Klein
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO: 930.953

Secretária Municipal de Educação



PROCESSO N° 6689

DIA 28/03/22

Processo: 6689/2022

Recorrente: Dbseller Serviços de Informática Ltda.

Folhas N° 29 Rubrica P

Recorrida: BNP Serviços de Informática EPP

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 175 de 2021 - Processo Licitatório n. 4030/2021

Ilmo. Sr. Subprocurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 175 de 2021 - Processo Licitatório n. 4030/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para os serviços de tecnologia da informação para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 25 de março de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal a ausência de comprovação de capacidade técnica pela recorrida, bem como que conforme documento apresentado no SICAF (16.1 do edital), a mesma está cadastrada como ME, porém, na declaração unificada número 5, não declararam como ME, mas como EPP, divergindo do item 9.5.4 do edital.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 16/18, afirmando que os atestados de capacidade técnica apresentados possuem objeto pertinente e compatível com o objeto licitado, na forma do exigido pelo item 20.1 do edital, sendo certo que não somente a lei (art. 30, II, §3º da Lei n. 8.666/93), como a doutrina e a jurisprudência, são uníssonas em afirmar que a capacidade para a execução de serviços de maior complexidade é suficiente para a comprovação da capacidade técnica, e ainda, que a empresa em momento algum se declarou como ME/EPP no certame, informando, quando do registro da sua proposta, que "não" usaria do tratamento favorecido, por ter ultrapassado o limite de faturamento previsto na LC 123/2006.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 19/26, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, afirma que a recorrida "*apresentou os atestados de capacidade técnica e as referidas certificações dos representantes técnicos da empresa no intuito de comprovar a qualificação técnica*", bem como que "*tanto nas declarações como na Ata de realização do Pregão nº 175/2021 fica comprovado que a empresa, em campo próprio do sistema, não solicitou nenhum benefício referente a Lei Complementar nº 123/2006*", encaminhando os autos à secretaria requisitante para decisão final, na forma do art. 109, § 4º da Lei n. 8.666/93.

Às fls. 27/28, a Secretaria Municipal de Educação afirmou que a empresa recorrida apresentou os atestados compatíveis com o objeto licitado, tal como entendeu o pregoeiro, afirmando, também, que "*não foi solicitado e nem concedido nenhum benefício referente à lei complementar de nº 123/06 (...), não assistindo razão ao Recorrente, tal como entendeu o Pregoeiro*".



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO N° 6689

DIA 28/03/22

PROCURADOR N° 30 FRAÇE P
DO MUNICÍPIO

Por fim, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou os autos a esta especializada jurídica requerendo a análise da legalidade do recurso, antes de acompanhar a decisão da Comissão de Pregão.

É o relatório.

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, **por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão,** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, **ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,** devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão,”

Como se pode ver, cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Educação, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação

6.2



do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Ademais, verifica-se que não foi objeto do recurso nenhuma questão passível de análise jurídica por esta Procuradoria Geral, cabendo ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação.

Portanto, considerando que a Comissão de Pregão julgou improcedente o recurso (fls. 19/26), entendendo que a recorrida apresentou os atestados de capacidade técnica em conformidade com a exigência do edital, e que não solicitou nenhum benefício referente à LC 123/06, e considerando a Secretaria Municipal de Educação concordou com as razões do Pregoeiro (fls. 27/28), deve ser mantida a decisão da Comissão de Pregão I pela improcedência do recurso.

Pelo exposto, opina-se pela remessa do procedimento à Comissão de Pregão I para ciência e adoção de providências de sua competência.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, que poderá acolhê-lo ou decidir de forma diversa.

Nova Friburgo, 28 de março de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães
Subprocurador de
Processos Administrativos
Mat. 62.770



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 6.689/2022

RUBRICADA FOLHA: 32

Comissão de Pregão I

Processo Licitatório nº: 4.030/2021


Processo de Impugnação nº: 6.689/2022

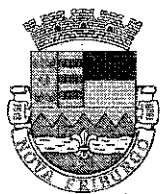
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 175/2021

À Secretaria Municipal de Educação

Tendo em vista a manifestação da Procuradoria Geral do Município às fls. 29-31, remetemos os autos para ciência e providências que julgarem necessárias.

Nova Friburgo, 30 de março de 2022.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Processo Nº: 6689/22

Fls.: 33 Rubrica: [assinatura]

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Nova Friburgo, 04 de Abril de 2022.

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Comissão de Pregão I

Prezados,

Ciente do parecer da douta Procuradoria às folhas 29/31 do presente processo.

Encaminho os autos para Comissão de Pregão I, para prosseguimento que o caso requer.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me de V. Ex^a. colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat. 990.953

